

“Quem Não Quer De Novo Não Cuida”: Processos de Herança entre Seringueiros de Rondônia

João Valentin Wawzyniak
UEL

Na atividade extrativista em seringais nativos da Amazônia, a conjuntura que propiciou a emergência da casa como centro de referência na tomada de decisões sobre as escolhas e estratégias familiares em substituição ao barracão, entreposto comercial e sede administrativa do empreendimento seringalista, domínio do patrão, resulta das mudanças nas formas de apropriação, de gestão e de transmissão. Estas três dimensões mantêm entre si uma tensa relação de complementaridade para a construção da casa como valor. Na Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, contexto etnográfico por mim estudado entre 1990 e 1992, o ideal de perenização da casa e dos recursos naturais revela-se na sentença “quem não quer de novo não cuida”.

Esta assertiva, dita por um seringueiro já idoso quando comentava sobre a importância da adoção de práticas que possibilitem o uso permanente dos recursos, revela a intenção de garantir o retorno contínuo dos bens, ainda que transmitindo-os. Ela adquire um significado profundo se for considerado o fato de ser proferida num momento em que os seringueiros tiveram o reconhecimento da condição de “donos” de suas colocações, as quais, a partir da criação da Reserva Extrativista¹ do Rio Ouro Preto em 1990, poderiam ser transmitidas às gerações descendentes.

Inicialmente, é preciso esclarecer que o seringal nativo caracteriza-se por ser uma área de floresta com alta concentração natural de seringueiras nativas num determinado perímetro. A reprodução natural da espécie é determinada pela sua germinação e dispersão aleatória. É bom lembrar que esta aleatoriedade não é de todo absoluta, uma vez que os seringueiros realizam um manejo das sementes que dispersam e brotam naturalmente no interior da floresta.

Campos 4:67-92, 2003.

PESQUISA DE CAMPO

Meu primeiro contato com os seringueiros do rio Ouro Preto deu-se em 1989, quando participei do I Encontro dos Seringueiros de Guajará-Mirim (Wawzyniak 1989). Entretanto, os dados etnográficos aqui analisados foram obtidos durante a pesquisa de campo realizada em diferentes períodos entre 1990 e 1992, totalizando quatro meses de convivência direta com as famílias no interior do seringal.

A pesquisa de campo abrangeu 48 das 75 famílias que residiam permanentemente no perímetro da Reserva, ainda assim visitei praticamente todas elas em suas casas². Não foram incluídas as famílias residentes nas colocações situadas próximas à foz. Entretanto, tive oportunidade de conversar ou entrevistar alguns seringueiros residentes nesse trecho quando os encontrava na sede da Associação dos Seringueiros e Soldados da Borracha de Guajará-Mirim – ASGM. Entrevistei também seringueiros que residiam em Guajará-Mirim com suas famílias e subiam para as colocações para extrair látex apenas no período do “fábrico”. Isto é, no verão, quando as seringueiras estão mais produtivas

Subi o rio pela primeira vez em junho de 1990, onde permaneci durante uma semana a fim de ter um primeiro contato com as pessoas em suas residências. Nesta viagem, fui conduzido, num barco pertencente à ASGM, pelo representante do Conselho Nacional dos Seringueiros no município. No início de outubro de 1991, retornei ao Ouro Preto com objetivo de lá permanecer até o final de dezembro. Entretanto, no final do mês de novembro, comecei a sentir os primeiros sintomas de malária, sendo obrigado a interromper o trabalho. Como os surtos de malária sempre retornavam, apesar dos cuidados médicos, só consegui voltar à região em junho de 1992, onde permaneci seis meses, dois dos quais convivendo com as famílias em suas residências.

Não tendo como pesquisar casos em que a transmissão tivesse se efetivado, adotei como alternativa a interpretação do discurso dos seringueiros sobre a questão da herança, referindo-a às práticas específicas enquanto ações significativas, para nesta relação tentar encontrar um sentido para a construção e orientação da transmissão. Por encontrarem-se os processos locais de herança ainda em fase de gestação, as suas falas expressavam ambigüidades, incertezas e contradições, próprias daquelas situações de interinidade resultantes de mudanças sobre as quais as famílias seringueiras não exerciam controle. Esta situação apresenta-se como uma dificuldade para se apreender algo que não se encontra ainda efetivado na experiência social do grupo. Embora as referências ao passado idealizado fossem recorrentes, uma vez que ele se constitui num elemento ordenador do presente ao prover um modelo de ação baseado na experiência anterior (Sahlins 1999; Dobrowlski 1979), deve-se considerar a possibilidade de a “lógica das transformações tomar formas diferentes segundo as situações econômicas e

sociais nas quais ela se realiza" (Bourdieu 1979:12). Meus dados etnográficos indicam que esta articulação estava sendo realizada tanto para avaliar o momento quanto para planejar ações futuras.

SÍNTESE HISTÓRICA

Nesta seção, apresentarei uma síntese da história da ocupação da região do rio Ouro Preto pela frente extrativista para entender o seu significado para a formação do universo social e entender a interpretação que os seringueiros fazem dela. Entretanto, como observa Wolff (1999), esta história não deve ser vista de forma fetichizada, pois as relações sociais e as relações com a natureza não são homogêneas, em virtude da diversidade cultural e das experiências vividas na floresta³.

Entretanto, é preciso ter em mente o fato de que as interpretações dos eventos históricos relatados pelos seringueiros implicam um deslocamento da escala temporal e são apreendidas conforme categorias culturais pré-existentes (Sahlins 1999) fornecidas pelo tempo do barracão. Neste sentido, a periodização histórica a seguir apresentada não corresponde necessariamente àquela construída através da memória pelos sujeitos, uma vez que introduzem o presente no passado.

São poucas as informações sobre a ocupação da microbacia do rio Ouro Preto pela frente extrativista no final do século XIX, ocorrida possivelmente entre 1850 e 1870 (Oliveira 1982; Santos 1980; Vilaça 1992) e início do século XX. Sabe-se, no entanto, que esse rio foi uma via de penetração de seringueiros por encontrar-se numa região com alta concentração de seringueiras. Noto, entretanto, que nenhum dos seringueiros residentes no período de realização da pesquisa encontrava-se lá antes da década de 40, mas trabalharam em seringais situados em outros rios da região ou em outros Estados. Isto também vale para as mulheres indígenas, pois os grupos aos quais pertenciam, Makurap e Tupari, ocupavam a região do rio Branco, situado mais ao Sul do Estado de Rondônia. Seringueiros mais velhos disseram que o Ouro Preto era conhecido como "um rio de leite", tal o volume da produção, fato que explica sua denominação.

O vale do rio Ouro Preto, área onde foi criada a Reserva Extrativista, era o centro geográfico dos territórios imemoriais dos Wari, para quem este espaço constituía-se, enquanto cenário do universo, no berço mítico, palco das migrações, dos estabelecimentos e das andanças do grupo (Meireles 1986; Vilaça 1992).

Em 1912, último ano em que o Brasil foi o maior exportador mundial de borracha, era concluída a última etapa da Ferrovia Madeira-Mamoré ligando Guajará-Mirim a Porto Velho. Através dela deveria ser escoada a borracha produzida na Bolívia e nos vales dos rios Mamoré e Guaporé. No ano seguinte, instalou-se naquela cidade um

escritório da casa aviadora americana Guaporé Rubber Company, subsidiária da The Mamoré Rail Company, que atuou na região até 1930, aviando os seringalistas do vale do Mamoré (Menezes 1981; Ferreira 1987).

O *débâcle* do preço da borracha no mercado internacional fez sentir seus efeitos na região amazônica, obrigando muitos patrões a abandonarem a atividade por não conseguirem saldar suas dívidas junto às casas aviadoras. Em Rondônia, a maioria dos seringais permaneceu abandonada até a década de 40, quando, através dos Acordos de Washington, os antigos seringalistas passaram a obter financiamentos do Banco de Crédito da Borracha, criado com esta finalidade em 1942. Com o final da guerra e dos incentivos provenientes dos Acordos de Washington, os seringalistas passaram a contar apenas com os financiamentos do Banco de Crédito da Borracha, posteriormente transformado em Banco da Amazônia – BASA. Enquanto obtinham recursos junto ao banco, os patrões continuaram aviando os seringueiros. Assim, o extrativismo do látex pôde subsistir, mantendo o mesmo sistema graças a uma política de créditos. Porém, com a suspensão definitiva dos empréstimos bancários em meados da década de sessenta, assistiu-se novamente à insolvência dos patrões. Estes, impossibilitados de saldarem suas dívidas, abandonaram os seringais ou passaram a arrendar as colocações aos seringueiros, caso do rio Ouro Preto que, nesse período, estava dividido em trechos controlados por diferentes seringalistas.

A possibilidade de arrendar as colocações trouxe ao seringueiro a oportunidade de romper com o regime de subordinação ao barracão e de comercializar livremente a sua produção. Durante um determinado período, os antigos patrões, pretensos proprietários da área, continuaram a aviar os seringueiros ao mesmo tempo que arrendavam as colocações, mas não detinham mais o monopólio da comercialização. Isto porque aqueles seringueiros que saldassem os seus débitos, renda e dívidas em mercadorias poderiam vender o restante da produção para outros compradores. Assim, abriu-se a oportunidade de os marreteiros – pequenos comerciantes que, com uma embarcação, fornecem bens de consumo em troca de borracha – circularem livremente pelo rio, aumentando a concorrência e possibilitando trocas mais vantajosas. Alguns seringueiros, segundo informações, levavam o “saldo” da produção para ser vendido diretamente nas usinas localizadas em Guajará-Mirim.

Até fevereiro de 1989, os seringueiros ainda pagavam anualmente a renda, uma determinada quantidade de borracha de acordo com o volume estipulado no contrato de arrendamento pelas colocações, aos pretensos proprietários. No Primeiro Encontro dos Seringueiros de Guajará-Mirim, promovido pelo Conselho Nacional de Seringueiros com o apoio de entidades governamentais e não-governamentais, do qual participaram 167 seringueiros representando o Ouro Preto, foi deliberado o fim do seu pagamento e reivindicado o “direito de permanência” naquelas áreas já ocupadas (Wawzyniak 1989).

A falência da empresa seringalista, que definia a organização, a divisão do trabalho e a ordenação do espaço, possibilitou que os próprios seringueiros passassem a definir e a tomar, no âmbito familiar, decisões

relevantes sobre a forma de apropriação do espaço e dos recursos, volume e variedade de produção, nível de povoamento e conservação ambiental (Almeida 1990). Com isso, o seringal deixa de ser uma unidade de produção tendo como centro o barracão, uma instituição social que definia "desde os hábitos de consumo que ia formando até as regras do mais íntimo convívio social" (Teixeira 1980: 69).

A ocupação dessas áreas pelo empreendimento seringalista a partir do final do século XIX imprimiu a peculiar forma de ordenar o espaço e a organização social atualmente existentes⁴. Contudo, nem a vida social, nem a distribuição do espaço são estáticas, uma vez que possuem uma dinâmica orientada pelo grupo social que dele se apropria a fim de garantir a sua própria reprodução e a dos recursos naturais. Nos primeiros tempos da atividade extrativista os interesses dos seringalistas organizavam esta distribuição. Entretanto, a partir da conversão da área florestal, ocupada e explorada, em unidade familiar, denominada localmente de colocação, o espaço passou a ser reordenado conforme os interesses da família que o ocupa. Concomitante aos tradicionais, novos significados passaram a lhes ser atribuídos pelos seringueiros que continuaram vivendo da exploração do látex, de outros produtos da flora e fauna silvestre e da agricultura.

A linguagem do parentesco parece não ter tido um papel decisivo na organização do espaço e do trabalho entre os seringueiros, pelo menos até o momento a partir do qual as colocações começaram a ser arrendadas na década de setenta. A afirmação de Galvão, segundo a qual "a necessidade de mobilidade e dispersão da população imposta por esse tipo de economia impede a formação de 'grandes famílias' características de outras zonas rurais do Brasil" (1976:15), verificava-se entre os seringueiros do rio Ouro Preto, quando estes ainda viviam subordinados aos seringalistas. Embora a explicação de Galvão possa ser verdadeira, ela é parcial, pois é recorrente na literatura e nas falas dos seringueiros que os padrões proibiam-nos de constituírem família, no tempo no qual vigorava plenamente o sistema do barracão até o início do século XX, e entre a década de 40 e 60. Embora as referências a tal proibição fossem recorrentes na fala dos seringueiros, é pertinente o alerta de Almeida (1992), Pantoja (2001) e Wolff (1999) quando observam, a partir do contexto etnográfico acreano, que elas precisam ser relativizadas, pois o controle dos padrões foi afrouxado a partir da primeira crise da borracha em 1912, permitindo que algumas famílias passassem a gerenciar as colocações combinando extração de borracha com outras atividades como agricultura, caça e pesca.

Uma possível explicação para a fragilidade dos laços de parentesco anteriormente encontrados talvez possa ser dada se considerarmos o fato desses seringueiros relatarem mudanças de um seringal para outro situados no próprio Estado de Rondônia ou do Acre e do Amazonas. Um exemplo disso são as diferentes uniões que estabeleceram em suas vidas, tanto dos homens quanto das mulheres. Nas conversas, os pais frequentemente falavam de filhos que tiveram em outros seringais em que trabalharam e com os quais perderam qualquer contato,

principalmente aqueles gerados na juventude. Muitos Soldados da Borracha, deslocados para a região ainda jovens, não possuem outros parentes consangüíneos além dos filhos nascidos depois de sua chegada, alguns dos quais de mães diferentes. Na maioria absoluta dos casos, a descendência estava restrita a duas ou no máximo três gerações, sendo esta última constituída de netos ainda pequenos.

Frente às transformações no regime de apropriação possibilitadas inicialmente pelo arrendamento e, posteriormente, com a criação da Reserva Extrativista, a família passa a se constituir num princípio central para a definição e organização das estratégias de reprodução do grupo, bem como um elemento importante para a fundação da comunidade, ainda que hierarquizada e com conflitos internos. Se, em tempos anteriores, o trabalhador individualmente produzia a borracha em troca das mercadorias, atualmente ele precisa conciliar extração do látex, agricultura, pesca e caça a fim de assegurar a própria subsistência e a de sua família. Garantido o direito da família de permanecer na colocação, os laços de parentesco passam a adquirir um novo caráter, tornando-se, assim, um princípio ordenador da atividade produtiva e estruturante de uma organização social, em boa medida, mais estável. Deste modo, com a conversão da colocação numa unidade familiar que seria, segundo Almeida (1992; 1994), uma "casa florestal", a família emerge como a base de uma nova configuração social do grupo.

Colocações podem ser definidas como unidades que, em conjunto, compõem o seringal. São unidades sociais e espaciais nas quais se processa a transformação do seringueiro cativo em seringueiro autônomo, que explora os recursos naturais com base na unidade familiar. Consiste numa grande área de floresta, com alta concentração de seringueiras, abrangendo um trecho ao longo da margem do rio, sem limites geodesicamente definidos porque, entre uma e outra, as "estradas de seringa"⁵ interseccionam-se muitas vezes com as das colocações que lhes sejam contíguas, "colocação colada"⁶. Além das seringueiras e outras espécies florestais, abrangem áreas de roçado, capoeiras e mata virgem, bem como locais de caça e pesca. Estes espaços integram a colocação, possuem localização e limites publicamente reconhecidos e respeitados, e serão também computados quando da transmissão.

Constitui-se, a colocação, num microcosmo social e espacial dentro do qual se desenvolve um conjunto de práticas voltadas à reprodução da vida social, envolvendo a extração e transformação do látex, a agricultura, a caça e a pesca (Almeida 1990; 1992; Allegretti 1987) e tendo a casa, unidade moral que emerge historicamente (Levi-Strauss 1986)⁷, como centro de convergência. Esta formação social resulta de um processo histórico iniciado no final do século XIX que vem se transformando até os dias atuais não apenas em decorrência de intervenções externas, mas, também, como resultado de arranjos internos que podem ser analisados recorrendo-se à linguagem do parentesco e da aliança. Será esta unidade, apreendida como patrimônio familiar, o bem a ser objeto de transmissão.

TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO

É o trabalho que torna a terra um patrimônio da família, independentemente de haver ou não reconhecimento legal de propriedade, pois ela é considerada bem comum, sujeito ao trabalho familiar. Assim, a "terra [aqui entendida como recurso natural] é patrimônio e transmitida como tal de geração a geração, segundo padrões camponeses de herança que variam de lugar para lugar, mas sempre espelham essa ordem moral" (Woortmann 1990: 28). Assim, não é tanto a propriedade enquanto bem tangível o objeto da transmissão, mas o direito de posse (Thompson 1979), de usufruto temporário (Galeski 1979). Além disso, ela não deve ser reduzida às suas condições materiais de reprodução, uma vez que este conjunto de elementos faz "parte de um feixe, de um nexo sócio-econômico" (Thompson 1979:157). Para Godelier (1989: 110), "as formas de propriedade de um território são, pois, ao mesmo tempo, uma relação com a natureza e uma relação entre os homens". Mais ainda, a relação com a terra/floresta é uma relação moral com a natureza, de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda a terra e conserva a floresta que se transforma em morada da vida (Heredia 1979).

A concepção da terra/floresta como bem comum de usufruto temporário é relevante para o estudo das estratégias de reprodução adotadas pelos seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, pois a formalização legal do acesso e da apropriação dos recursos deveria ter sido definida pelo instituto jurídico da Concessão Real de Uso. Esta é uma figura jurídica (Decreto-Lei 271, de fevereiro de 1967) mediante a qual o Estado mantém o domínio da área, cedendo-a através de contrato aos beneficiários durante um determinado tempo, mas passível de ser renovado. O decreto, de um lado, restringe a transferência intervivos mediante venda; de outro, não a impede, em *causa mortis*, ao reconhecer o direito dos herdeiros (Esterci 1990; Fachin 1990; IEA 1990). Para Martins (1986), o conceito de Concessão Real de Uso representa uma alternativa de propriedade e de direito que expressa a concepção moral da terra/floresta como bem comum. Ou seja, é como se introduzisse na legislação algo da concepção nativa de posse.

A RESERVA

Baseia-se a Reserva Extrativista na forma tradicional de ocupação e organização espacial da floresta, assim, reconhece o direito de posse dos moradores nas colocações, ainda que a área seja de domínio da União. Esta deverá assegurar aos moradores o direito de uso através do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso firmado com a associação de moradores. A complexidade da sua formulação jurídica está em combinar diferentes

modalidades de apropriação da terra, propriedade pública, concessão associativa e apropriação familiar (Martini 1998), o que levava os seringueiros a expressarem-se ambígua e difusamente sobre ela. Durante o período de realização da pesquisa de campo, eles não interpretavam a Reserva conforme o definido no conteúdo formal expresso no texto do Decreto que a criou, mas segundo uma percepção referida ao sistema simbólico local e orientada pela apreensão do trabalho e do zelo como legitimadores da apropriação dos distintos espaços e dos recursos naturais neles existentes. Esta ambigüidade revela-se na fala da maioria dos seringueiros. Cito uma que expressa esta situação: “a seringa é do Conselho, [mas] o roçado é meu porque estou plantando”. Para outros, conforme sugere um dos entrevistados: “o seringueiro é dono da colocação quando trabalha [de] inverno a verão. Quando abre na mata bruta”.

Eles refletiam e agiam segundo um modo próprio de apreender a realidade na qual viviam e com a qual interagiam. Ou seja, de acordo com suas próprias representações acerca dos diferentes espaços e dos trabalhos neles realizados e da importância de cada um para a reprodução social da família. De um lado, reconheciam a limitação do seu domínio sobre os recursos naturais, dos quais a seringueira era, para eles, o mais importante. Isto pode ser constatado na afirmação de que a “seringa é da nação”, o que revela um conhecimento, ainda que superficial, da legislação. De outro lado, tinham um entendimento diferente sobre a roça, pois consideravam que “o roçado é mais patrimônio que a estrada”. Ela, a roça, é resultado imediato do esforço familiar que transforma a natureza e legitima a posse. Essas distintas representações sobre diferentes formas de apropriação do espaço manifestam uma hierarquia dos bens e um ponto de atrito entre o ordenamento jurídico brasileiro e a concepção de propriedade como resultante do trabalho.

Com a criação da Reserva, reconhecem que o seringueiro “pegou mais um direito” e tornou-se “dono” ao ver assegurado o seu “direito de permanência”. Com ela, “cada seringueiro se tornou dono de sua colocação” e, contrariamente ao período anterior, “hoje em dia tem direito no que é seu (...) e tem mais uma segurança dada pela justiça”. Ao dizer que “cada seringueiro pode ficar liberto e trabalhar por sua própria conta”, expressam que o novo contexto apresentava-se como possibilidade de concretização do ideal de autonomia.

Entretanto, a falta de documentos formalizando esse direito suscitava preocupações, como expressa Osvaldo, residente no igarapé Concórdia desde 1977. Disse-me ele: “será que nunca vai existir um direito que o seringueiro tenha um documento para mostrar? Olha, isso aqui é um documentozinho de posse, como eu sou possessor dessa colocação. Será que nunca vai existir isso?” Lembro que em 1992, quando da realização da pesquisa, o Contrato de Concessão Real de Uso não havia ainda sido assinado e a sua formalização jurídica ainda se encontra em curso⁸.

Após ter assumido a condição de "dono" da colocação e ela ter se tornado uma unidade familiar, o seringueiro passou a adotar um conjunto de medidas visando minimizar os impactos ambientais da extração dos recursos não-madeireiros e da agricultura, pois a conservação da colocação tornou-se um fator indispensável para assegurar a reprodução das gerações colaterais, bem como das descendentes. Assim, as mudanças nas formas de apropriação dos recursos implicavam, também, alterações na forma de sua exploração e na organização do espaço, como resultado da adoção de novas estratégias de reprodução no novo contexto. Isso revela que a apropriação vai além do processo de trabalho. Ela inspira modos de ser, estabelecer relações sociais e constituir família.

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A gestão social dos recursos naturais por seringueiros refere-se à especificidade da forma de interação entre homem e meio ambiente orientada cosmológicamente, e expressa-se num conjunto de procedimentos e atitudes envolvidos no modo de apropriação e uso da natureza e da tecnologia empregada na exploração dos recursos naturais, visando viabilizar a atividade econômica ao longo do tempo. Com a transformação da colocação em unidade familiar, verificaram-se mudanças nas práticas de exploração dos recursos florestais. Fato que adquire maior relevância se for considerado que no período inicial da atividade extrativista da borracha no final do século XIX eram largamente empregadas técnicas predatórias, as quais levaram muitos seringais ao esgotamento num curto período de tempo. Não foram poucos, porém, a advertir sobre os efeitos negativos da sua utilização e a propugnar a adoção de novos métodos de extração, como afirmam diferentes autores (Soares 1927; Lima 1937; Ferreira Reis 1953).

No início do século XX, concomitantemente à introdução de técnicas mais adequadas, sobretudo após a introdução da faca de seringa, rígidas normas foram adotadas, ordenando a utilização de práticas apropriadas para a sangria das árvores (Ferreira Reis 1953), e definindo regras de trabalho e convívio social (Teixeira 1980). São os Regulamentos Internos dos seringais que disciplinavam o trabalho de extração do látex. A decisão de impô-los decorreu da preocupação com a possibilidade de esgotamento das árvores cuja seiva é convertida em borracha. Ferreira Reis refere-se ao uso de violência física aplicada pelos seringalistas aos seringueiros como punição pelo emprego de procedimentos condenados. Para Teixeira (1980:134), "o domínio dessas técnicas ia transformando o seringueiro inexperiente, o 'brabo', em alguém que passava a utilizá-la com extrema perícia – o 'manso'". Assim, a interpretação de que "o regulamento tratava de reforçar a consciência do indivíduo no sentido de ser criada uma atitude favorável à natureza daquele trabalho" (idem:89) sugere a existência de uma relação entre a percepção

que os seringueiros têm do meio ambiente e as transformações na forma de produção na qual se encontravam inseridos.

A interação entre o homem e o meio natural não se restringe ao seu aspecto exclusivamente econômico ou material, pois também se apresenta como uma relação moral, de troca recíproca com a natureza, representada como pessoa (Woortmann 1990). A técnica, como um dos fatores de produção, tem sua escolha e utilização submetidas a uma avaliação interna em termos de produtividade, trabalho requerido, adequação à atividade, às características do meio e ao conjunto de representações a partir das quais o grupo social interage com ele. Godelier (1989:47) assevera que “nenhuma ação do homem [...] pode realizar-se sem recorrer [...] a realidades ideais, às representações”, uma vez que são indispensáveis como marcos referenciais para suas práticas, constituindo-se um sistema de informação sobre a propriedade das relações estabelecidas pelos homens entre si e destes com o seu entorno. O meio natural não é uma variável independente do homem, nem um fator constante, objetivo, mas sim uma realidade transformada em maior ou menor medida segundo as representações feitas sobre ela. É, portanto, preciso atentar minuciosamente “às condições ecológicas e às diferentes maneiras como cada cultura reage ao seu meio ambiente natural” (Lévi-Strauss 1986:172), porquanto o homem não fica passivo frente às constrições do meio, não apenas reflete as condições, pois delas apropria-se, sistematizando-as e revestindo-as de significados.

Por estar a reprodução dos seringueiros fundamentalmente sustentada na exploração dos recursos naturais de origem florestal, o equilíbrio do ecossistema constitui-se também num fator condicionante do desenvolvimento do ciclo familiar e do bem-estar da família, razão pela qual a relação estabelecida com o entorno orientava-se no sentido de assegurar a perenidade dos meios de subsistência e assim propiciar sua continuidade através das gerações, seja da sua própria família ou de outra.

ZELO PELA SERINGA

Diante da perspectiva de garantir seu “direito de permanência” nas colocações, os seringueiros passaram a adotar medidas objetivando minimizar os efeitos do esgotamento das seringueiras antigas e conformar a exploração das novas de acordo com o “regulamento”, ou seja, um conjunto de práticas consideradas não prejudiciais às árvores produtoras de látex. A condição de “dono” passou a também orientar as atitudes no sentido de “zelar” pelas árvores. Essas mudanças de posturas estão relacionadas ao fato de o seringueiro tornar-se “dono da sua colocação, então cada qual tem que zelar para ela não se acabar”. Este alerta é complementado pelo mesmo seringueiro quando explica que sendo ela “bem zelada, [o seringueiro] pode trabalhar até o fim da vida. Se nós não zelarmos por ela, amanhã ou depois ela nos faz falta”.

O uso do verbo zelar denota uma restituição, uma reposição caracterizada como equilíbrio compensatório (Da Matta 1993), como sugere o seguinte comentário: "de onde a gente tira o que não põe tem que se acabar". Neste sentido, é bastante ilustrativa a fala do Sr. Jorge, morador da colocalção Floresta:

"Também se não zelar é uma injustiça, né! É porque ele [o seringueiro] come, bebe e veste às custas do leite do pobre pau. Se ele não tiver cuidado com ela quem é que vai ter? Tem eles aí que têm cinco filhos, se não zelar por uma árvore dessa, que é nativa, para todo tempo tá dando aquele leite, aquele sangue dela para sobreviver, se mesmo eles não zelam, quem vai zelar mais?"

Nas entrevistas, vários seringueiros representaram a seringueira como sendo uma pessoa, uma mãe, e o seu leite como sangue. Estas representações implicavam em atitudes em relação aos cortes que deveriam ser feitos de tal modo a não "retalhá-la" ou deixá-la sem circulação, uma vez que "a seringa é um corpo humano, para quem entende é um corpo humano". Para tanto, o seringueiro deve cortar "direitinho na bitola, que ela o tempo todo fique dando aquele produto, sem precisar de estar judiando dela".

A noção de zelo refere-se à percepção que os seringueiros tinham das árvores como pessoas dotadas de atributos humanos: sangue, nome – "madeira fulana, pau fulano" – e sentimentos. Sobretudo, associavam a seringueira à figura da mãe que dá o seu leite para alimentar a família do seringueiro. Representar a seringueira como pessoa, sobretudo entre aqueles seringueiros que residiam há muitos anos na mesma colocalção e pretendiam continuar explorando-a, também se revela nas referências à crucificação da árvore, quando manifestavam compaixão ao verem uma árvore morta em consequência dos maus-tratos recebidos e ao considerarem aquelas práticas como crime semelhante a um homicídio.

Nota-se que há uma relação de troca com a natureza, em que a reciprocidade é um princípio orientador, evidenciado na contrapartida do homem aos bens oferecidos pelo meio. Zelar constitui-se numa forma de retribuir à "assistência" dada pela natureza ao homem, uma pessoalização da relação. Enfim, relações entre seres vivos, humanos e não humanos, eram tratadas como relações entre pessoas.

Como a extração do látex é atividade estruturante da vida dos seringueiros, é esclarecedor indicar a importância das técnicas de corte utilizadas e dos cuidados que devem ser tomados quando da abertura dos sulcos por onde escorrerá a seiva com a qual se produz borracha. Além de intercalar um corte e outro com um intervalo de três dias para permitir a recuperação das seringueiras, eram também adotadas outras práticas visando assegurar a sua produtividade. É consenso entre os seringueiros que as "madeiras" do Ouro Preto foram, anteriormente, intensivamente exploradas, seja para atender uma exigência do patrão – "Quem for tatu que cave, que for macaco que trepe, o que eu quero é borracha" [diziam os seringalistas] –, seja para pagar a renda e adquirir os bens de consumo. Tal situação exigia a adoção de medidas que possibilitassem às árvores recuperarem sua capacidade lactífera.

Em virtude da casca da maioria das árvores não estar em condição de receber o corte na altura do peito, a partir de onde se começa a traçar os sulcos em sentido descendente, “arreação”, os seringueiros usavam escadas e facas de seringa com cabos em torno de um metro de comprimento para poderem atingir a parte mais alta do tronco, aproximadamente entre três e quatro metros de altura. Para algumas árvores, a melhor solução era deixá-las “descansando” durante um longo período de tempo.

O corte utilizado para extração do látex nos seringais da região compreendida pelos vales dos rios Guaporé e Mamoré denomina-se “quebra barranco”. Os traços são dados um imediatamente após o outro, sem deixar um intervalo com casca. As opiniões divergiam quanto ao seu efeito sobre as árvores. Alguns consideravam ser ele indiferente se não fosse atingido o lenho. Já outros indicam-no como prejudicial por ser um corte imediatamente seguido de outro, sem um espaço entre os dois, como na “tarisca”, tipo de corte que permite a cicatrização mais rápida, pois entre um sulco e outro mantém-se uma faixa de casca..

Consideravam não ser aconselhável substituir o tipo de corte, pois as árvores já estavam “acostumadas” ou a sua casca não suportaria mais receber lesões. Ao descreverem as técnicas de corte, os seringueiros demonstravam ter conhecimento das práticas apropriadas, o que indica ser o esgotamento resultado não do seu desconhecimento, mas das exigências de satisfação do consumo e do pagamento da renda. Consideravam, porém, que mesmo como explicação estes fatores não eram justificativa para “matar” a árvore, afinal “ela não é culpada de seu fulano fazer suas contas e não ter condição de pagar”.

Outro fator que interferia na produtividade e na capacidade de regeneração das “madeiras” consistia na forma de confeccionar as facas. O uso de óleo diesel ou querosene no tempero do metal exaurem, ou supõem-se que o façam, a capacidade lactífera, uma vez que “tudo isso é ingrediente que atrapalha a sobrevivência da seringa, porque esse tempero é para matar”. Segundo os seringueiros, as facas assim preparadas fazem com que o leite escorra ininterruptamente durante muito tempo. Fornecendo uma grande quantidade de látex, mas levando a árvore produtora ao esgotamento.

Um dos principais impedimentos para o corte é a friagem, fenômeno climático que coincide com os primeiros meses do “fabrico” – período no qual ocorre a extração do látex. Nesses dias a temperatura é baixa diuturnamente. Explicaram que com o frio a seiva demora a coagular e continua escorrendo durante muito tempo, levando a seringueira em poucos anos ao esgotamento. Deve-se, portanto, evitar cortá-las nesses dias, pois, como esclareceu Sr. Osvaldo, “para ter uma boa colocação, bom leite e uma boa seringa, toda friagem ele [o seringueiro] tem a fina obrigação de botar uma paralela de três dias. Se ele não botar essa paralela, a seringa boa morre todinha”.

Na extração do látex deve-se observar o ciclo lunar, o “mistério da lua”, sobretudo quando a árvore é submetida ao primeiro corte. É aconselhável respeitá-lo, de modo a evitar as pragas e garantir sua produtividade.

A explicação do Sr. Manuel é, neste sentido, esclarecedora: "Você tem que sangrar ela no quarto crescente, que se sangrar ela no minguante ela não dá quase leite. E se cortar ela na nova é danada para dar o gorgulho nela. Fura ela todinha. Tem que sangrar ela no crescente. Aí ela aumenta e não dá gorgulho".

MANEJO DAS ROÇAS

Embora a agricultura não fosse uma atividade tradicionalmente exercida pelos seringueiros, eles adotavam práticas de manejo compatíveis com a atividade extrativa e uma preocupação com a mata do entorno da área destinada ao cultivo. Com relação às roças, eram tomadas precauções de modo a evitar que a sua abertura e manutenção afetassem a floresta como um todo. Isto porque derrubar a mata sem necessidade deixa "tudo desabrigado, no relento, inclusive a seringa [e a castanheira] que é acostumada nas matas frias, na mata verde. Prejudica o próprio homem, pois ela vai [no futuro] lhe fazer falta".

As áreas destinadas à agricultura eram geralmente abertas prioritariamente nas capoeiras, especialmente as "capoeiras de índio". Estas áreas são identificadas pela presença de algumas espécies florestais e indicam que o solo é fértil, "o lugar é bom de legume". Caso elas não existissem no interior da colocação, a alternativa seria abri-las na mata virgem – "mata bruta" – tomando-se, contudo, algumas precauções, pois "tem diversas matas no mato". Preservar esta área das derrubadas deve-se também ao fato de fornecer produtos valorizados pelos seringueiros. Assim, "se é de estragar a mata virgem, nós bota em capoeira. Para sempre a mata virgem tá mais perto, porque a pessoa precisa de uma madeira, precisa de uma palha, já tem perto. Se começar a estragar, a mata fica longe de casa".

Para evitar destruir a mata, o seringueiro preocupado com o "que é seu, [...] corre o mato", verificando se na área a ser derrubada existe alguma árvore que lhe tenha "serventia", para então marcar, "quadrejar", o lugar que será brocado, derrubado e queimado. As árvores eram cortadas de tal maneira que caíam com a copa voltada para o interior da área delimitada, em torno da qual abriam-se aceiros para impedir a propagação do fogo quando da queimada. Tais práticas de manejo são adotadas como precaução de preservar o entorno, para não ficar "desabrigado" e manter a paisagem, "a beleza da mata tão alegre".

Além da roça onde são cultivadas espécies de ciclo curto, são também destinadas áreas, geralmente próximas à morada, para o cultivo de espécies perenes, os "bens de raiz". O cultivo destas espécies parece indicar não apenas a presença de uma benfeitoria, mas também uma mudança na classificação do espaço pois ele passa a se chamar "sítio porque fica mais legal". Por estar a forma de apropriação transformando-se juntamente com o espaço, a sua classificação também expressa variações que podem ser verificadas na seguinte explicação: "a colocação é formada pela estrada. Se tiver adiantamento pela roça se considera que seja colônia. Se for grande a plantação de frutas se considera que seja sítio". Esta indefinição quanto à sua designação não se dá apenas por

ser mais “legal” classificar a colocação como sítio, mas também por estarem as atividades agrícolas imprimindo uma outra característica ao espaço: “sítio porque tem muita plantação, é só quando tem muita fruteira”. Porém, para alguns seringueiros, “o sítio fica dentro da colocação”. Isto é, ao darem esta explicação, consideravam o sítio como sendo apenas parte da colocação, aquela onde estão plantadas as árvores frutíferas.

Com o aumento da importância da agricultura, o acesso, apropriação e manutenção das capoeiras, áreas de pousio e das roças passaram a adquirir um papel estratégico para assegurar o bem-estar da família. Estes espaços eram apropriados pela família que ocupava a área onde eles se localizavam e exigiam práticas de manejo específicas, mas articuladas com as exigidas para a extração do látex e coleta da castanha. Além disto, assegurar áreas aptas ao cultivo aos descendentes apresentava-se como uma condição para não ficar na dependência do “fiel da balança”, um símbolo do sistema de aviamento.

HERANÇA

Interessei-me, inicialmente, em estudar o acionamento da herança entre os seringueiros com o objetivo de verificar se estava presente nesse processo a intenção de transmitir não apenas um bem tangível, uma área de floresta, mas também a condição social de seringueiro. Contudo, nesse grupo social, a definição de procedimentos relativos à transmissão da posse encontrava-se ainda em fase inicial de elaboração e enfrentava incertezas decorrentes das profundas transformações sociais, jurídicas, econômicas e ambientais pelas quais atravessava, e ainda atravessa, a região. As falas apresentam, assim, ambigüidades e incertezas próprias de situações de interinidade.

Embora tenha encontrado essas dificuldades em minha pesquisa de campo, pude verificar que entre os seringueiros do rio Ouro Preto transmitir a colocação como totalidade era uma preocupação das famílias residentes ao longo das suas margens. Mesmo sem poder observar um caso no qual a transmissão efetivamente ocorrera na sua totalidade, foi possível, a partir do discurso dos seringueiros, apreender quais as orientações desta intenção.

Se até 1990 o tempo de permanência nas colocações era definido nos contratos de arrendamento, com o decreto de criação da reserva extrativista foi conferido aos seringueiros o “direito de permanência”. Através do trabalho, as colocações estavam se tornando patrimônio familiar, passíveis, portanto, de transferência de uma geração à outra. Entretanto, devido à originalidade dessa situação, os discursos estavam marcados pela instabilidade das aceleradas transformações em curso na região. Havia a preocupação de que tanto a “garantia de permanência” quanto os processos de transmissão e a própria reprodução social como seringueiros poderiam vir a se constituir no que Bourdieu (1974) denomina de “demanda sem efeito” por não encontrarem condições objetivas de se efetivar.

Embora o referencial teórico disponível sobre herança assente-se fundamentalmente em campesinatos dedicados principalmente à agricultura, acredito que os processos de transmissão entre os seringueiros possam ser analisados à luz das teorias relativas aos primeiros. De modo geral, herança é uma preocupação sempre presente entre camponeses, como também entre outros grupos humanos, além de ser um dos eventos mais cruciais enfrentados pelo grupo familiar. Isto porque, a cada geração, a continuidade da condição camponesa e da propriedade é colocada em jogo, pois pode afetar direta e profundamente a estrutura familiar e social como sugerem diferentes autores (Goody 1976; Moura 1978, 1986; Thompson 1979; Shanin 1983; Seiferth 1985; Woortmann 1995; Godoi 1999).

Famílias camponesas ao se defrontarem com o dilema de dotar com terra as gerações descendentes enfrentam a possibilidade de fragmentação do patrimônio, podendo implicar restrições ao acesso aos recursos naturais em quantidade suficiente para garantir a subsistência de uma nova família. Com o objetivo de evitar essa situação são definidos arranjos no processo de transmissão visando evitar ou minimizar a divisão do patrimônio e, assim, garantir, a cada um dos descendentes, condições de reprodução. Adotando o conceito de herança empregado por Shanin (1983), que a considera como o processo de passagem do patrimônio de uma geração a outra, atendendo diferentes fatos sociais que não exclusivamente a morte do chefe do grupo familiar, Moura (1978), que estudou uma situação profundamente distinta daquela que descrevo aqui, amplia o conceito para englobar as transações preferenciais dentro de uma mesma geração, de modo a abranger a rede de herança na sua totalidade. Assim, a transmissão deve ser entendida não apenas como a passagem dos bens de uma geração à outra, mas também como uma etapa numa totalidade.

Ao analisar os sistemas de transmissão na Inglaterra, Thompson (1979) observa que as práticas hereditárias podem ser explicadas a partir do tecido social e das relações existentes no seu interior. Para ele, em qualquer sistema de herança, não é tanto a propriedade o objeto a ser transmitido, mas o direito de posse. Assim, o sistema hereditário apenas tem sentido se também referido ao objeto da herança. Ou, nos termos de Bourdieu (1987), ao capital social a ser transmitido.

Além de uma interpretação da legislação nacional segundo categorias locais, geralmente o código costumeiro informa as relações sociais quanto à forma de apropriação e gestão dos recursos naturais com uma série de regras que se atualizam nos diferentes laços de parentesco e afinidade entre os membros do grupo. Regras de aliança e sucessão objetivam garantir o uso comum dos recursos pelos membros do grupo familiar e assegurar a estabilidade indivisível da posse. A linguagem do parentesco adquire sentido se apreendida em sua relação ao modo como família e propriedade se perpetuam, pois, como afirma Leach, referindo-se a um contexto não

amazônico, “os sistemas de parentesco não possuem realidade a não ser em relação à terra e à propriedade” (Lach 1961:305). Por outro lado, Seyferth sugere que a “estrutura da família camponesa [e o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico] é, sob muitos aspectos, determinado pelas regras de herança” (Seyferth 1985:1). Entretanto, para Ellen Woortmann (1995) os padrões de herança podem variar e nem sempre refletir uma tradição camponesa. É o lugar das estratégias frente a uma nova conjuntura. De uma forma geral, a herança está referida ao parentesco e à nubilidade, sendo o patrimônio sempre redistribuído entre os parentes que cooperam numa mesma unidade de consumo e produção.

Entre as famílias seringueiras, evitar ou minimizar a fragmentação da colocação apresenta-se como uma exigência da própria natureza da atividade extrativista sob controle do grupo familiar, pois requer um número mínimo de árvores em exploração, a fim de assegurar uma produção de borracha que compense economicamente o trabalho empreendido e atenda o consumo familiar. Além de garantir áreas de mata virgem – “mata bruta” –, devem também ser asseguradas áreas com capoeiras para abertura e cultivo de novas roças. Assim, além da transmissão de uma área com as mesmas dimensões, os processos de herança, neste caso, devem contemplar a passagem de um ecossistema em estado de conservação e produção, em condição de permitir aos descendentes subsistirem da atividade.

Distintas formas de apropriação e uso dos diferentes espaços implicam formas particulares de se pensar e orientar a transmissão numa conjunção de direitos. No caso das estradas de seringa, consideradas como de propriedade da nação e “colocadas pela natureza”, é muito mais a transmissão do direito de uso que vai possibilitar aos herdeiros continuarem explorando-as. Já o espaço compreendido pelas áreas de capoeira e roça, a casa onde residem e a casa de farinha, percebidas como benfeitorias resultantes do empenho e do esforço familiar, por isso consideradas como sendo mais patrimônio, podem “ficar para os filhos, [e para] a mulher”. Esta foi priorizada como a pessoa que assumiria o controle da colocação apenas por um seringueiro boliviano de 62 anos. Para ele, “em primeiro lugar a mulher tem o direito, porque foi ela quem ajudou”.

A possibilidade da transmissão da colocação apresentava-se como algo novo em relação aos tempos anteriores, uma vez que, até então, o “seringueiro não poderia deixar herança porque não era dono”. Até a criação da Reserva, um “pai não deixava nada para os filhos, [pois] só trabalhava para viver”. O principal bem transmitido consistia no saber que possibilitava aos filhos continuarem no “serviço da seringa”. Transmitia a “ciência da seringa”.

Por encontrar-se em processo de formulação, as falas sobre a transmissão apresentavam ambigüidades e dúvidas quanto à possibilidade de sua efetivação. Isto se deve especialmente ao fato de a permanência nas colocações estar até aquele momento fortemente marcada pela percepção da colocação como um espaço onde

eles apenas eram "colocados" pelo patrão ou "pagavam para morar", como no período que as arrendavam. Esta condição os mantinha numa instabilidade quanto à permanência no lugar.

Para alguns seringueiros, a posse não estava até aquele momento assegurada devido à falta de documentos oficiais que reconhecessem publicamente seu direito sobre a colocação. O entendimento da Concessão do Direito Real de Uso como um direito do Conselho – referência ao Conselho Nacional dos Seringueiros – sobre as colocações orientava a avaliação da possibilidade de sua transmissão, como pondera um dos seringueiros entrevistados surpreso com minha pergunta sobre sua intenção em deixá-la para os filhos. Respondeu-me com um questionamento dizendo: "Ele falou que a Reserva Extrativista era do Conselho Nacional e o seringueiro não era dono de nada, tudo é do Conselho". Então uma vez que o seringueiro não é dono de nada, então ele não pode deixar nada. Então, como é isso?" A preocupação com o título – "Quem não tem título não é dono" – justificava-se pela própria situação de indefinição quanto à regularização da permanência na área. O reconhecimento do direito de posse através de um documento pode indicar um reconhecimento público da legitimidade moral da posse mediante o trabalho. Apesar da inexistência do título, os seringueiros estavam preocupados em manter a colocação sob controle do grupo familiar, como revela um pai: "Fico satisfeito em deixar para o filho, porque é melhor do que deixar para outros tomar conta".

A partir do momento que um filho tivesse condições de "trabalhar por conta", ele poderia deixar a casa do pai e procurar outro lugar onde se "colocar". Os filhos mais velhos, que haviam registrado em seus nomes suas próprias colocações no interior da Reserva na ocasião do cadastramento das famílias residentes realizado em 1989 pelo Instituto de Terras de Rondônia, poderiam deixar a pertencente ao pai para os irmãos mais novos. Aqueles que permanecem na casa paterna eram vistos como os "que têm mais interesse". Caso fosse impossível reter os filhos mais velhos em casa, buscava-se assegurar a permanência dos mais novos: "em casa só vão ficando os menores para tomar conta dos pais". Assim, "pelo direito é o filho mais novo quem deve ficar com a colocação". O filho que ajuda a "tomar conta" da colocação e ampara os pais na velhice estava sendo privilegiado para receber as benfeitorias como herança. Em alguns casos, a opção pela ultimogenitura decorria do fato de o primogênito já possuir sua própria colocação ou ter migrado.

Outra situação observada foi aquela na qual um dos filhos, casado ou ainda solteiro, assumia a condição de chefe da família e o controle da colocação com o pai ainda vivo, mas sem condições de dirigi-la devido à idade avançada ou à falta de condições físicas para percorrer a floresta extraíndo látex. Era este filho quem, por já estar "tomando de conta", iria tornar-se herdeiro. Assumia o lugar do pai na tomada de decisões e a responsabilidade pela "conta" da casa junto aos comerciantes locais que compravam a produção de borracha e vendiam bens de

consumo às famílias. Verifica-se, neste caso, que o acionamento do processo de herança antecede à morte do pai. Caso todos os filhos tivessem deixado ou viessem a deixar a casa paterna, havia a alternativa de os netos, criados desde pequenos, tornarem-se herdeiros por terem amparado os avós na velhice e trabalhado ao seu lado até os seus últimos dias. Neste caso exclui-se uma geração da herança, mantendo-se a colocação como posse da família.

Assim, segundo um dos informantes, “aquele que deve ficar com a colocação é aquele que fica encostado no pai”. Percebe-se nessa fala que era principalmente em decorrência da prestação de auxílio aos pais na velhice e do zelo pelo recurso, expresso no “interesse” e no “zelo” pelo patrimônio, que a definição do herdeiro estava sendo estabelecida. Sobre o filho que assume o lugar do pai como chefe da família convergir a atribuição de “tomar a responsabilidade”, pois, “quando o pai morre, ele não deixa se acabar não, toca para frente, cada vez melhor”, não permitindo que o patrimônio se desfaça passando-o para um estranho. Embora, conforme observou Klaas Woortmann (1967:221), referindo-se a outro contexto amazônico, pareça não “existir um padrão definido que determine qual dos filhos amparará os pais em sua velhice”, nota-se a manifestação de um ideal de perpetuação da casa através da sua transmissão a um herdeiro que assuma o compromisso moral de dar continuidade a ela.

A morte do pai, entretanto, segundo alguns seringueiros, podia provocar a dispersão do grupo. Foi recorrente a afirmação de que, nessa circunstância, os filhos buscariam outras alternativas, seja de outros lugares onde se “colocar”, seja migrando para a cidade e mudando de atividade. Com a criação da Reserva e a “garantia de permanência” o abandono da colocação após a morte do pai, contudo, podia ser apenas temporário, como indica o caso que relatamos a seguir.

Em 1992, quando me encontrava em Guajará-Mirim, faleceu um pai de família que estava hospitalizado na cidade. Ele residia com dois filhos solteiros numa colocação situada no alto do rio e contígua à de um filho mais velho já casado. Este, com quem conversei posteriormente, explicou-me que pretendiam deixar a colocação parada durante algum tempo até passar a “tristeza”¹⁰. Depois retornariam e os irmãos mais novos que residiam com o pai ficariam com ela, “porque trabalhavam com ele”. Porém, ele como mais velho, a controlaria durante um determinado período.

Herança não se restringe somente à transmissão de um bem material mas envolve também um modo de vida, pois, como explicou um dos informantes, “a vida na seringa é hereditária, de pai para filho, para neto, vai indo. O que a gente pode ensinar é cortar seringa”. A transmissão da colocação não é completa se também não for transmitido o conhecimento que permitirá aos herdeiros se apropriarem dela plenamente através do trabalho, o qual tem início na infância, pois “o pai, ensinando as crianças, elas se acostumam naquele serviço, que se transformam em homens trabalhadores”. Deste modo, o saber começa a ser transmitido a partir do momento que

os filhos passam a acompanhar o pai no "dia-a-dia da lida do mato"¹¹. Os filhos pequenos vão "mentalizando" para aprenderem os "segredos da vida na mata", pois o trabalho não se restringe apenas à execução das tarefas voltadas à extração do látex, uma vez que o "serviço da seringa" exige um conjunto de conhecimentos que permite ao seringueiro entender os sinais do meio para poder explorá-lo adequadamente. A "ciência da seringa" é um saber que consiste num bem importante, transmitido pelo pai ao filho, porque, conforme me explicaram, "o serviço do mato precisa muita experiência para gente não tomar prejuízo demais".

Aquelas famílias com maior disponibilidade de recursos financeiros, com parentes residentes em Guajará-Mirim ou mesmo em Porto Velho enviavam suas filhas para a cidade a fim de freqüentarem a escola e adquirir uma profissão. O custo com sua manutenção na cidade, embora muitas trabalhassem como empregadas domésticas, pode ser considerado uma espécie de dote. A tendência era que elas fossem excluídas da condição de herdeiras, mesmo porque depois de alguns anos elas se recusam voltar a residir no seringal. Além disso, elas passavam a ser consideradas "mulheres da rua" ao adotarem o estilo de vida urbano. Razão pela qual eram preteridas como possíveis cônjuges porque não se adaptam mais à vida na mata.

A partilha da colocação, como pudemos verificar, apresenta-se impraticável do ponto de vista da sustentabilidade econômica do grupo familiar. De um lado, porque reduz o número de árvores produtoras de látex e, de outro, porque as áreas agricultáveis são limitadas, sobretudo mantendo-se o sistema de pousio. Dividi-la implicaria também numa redução do número mínimo de seringueiras que devem ser exploradas a fim de garantir uma produção suficiente para possibilitar o bem-estar da família. Há, também, o aspecto ecológico, pois a divisão dos recursos (solos, seringueiras, castanheiras etc.) entre os herdeiros implicaria no aumento da exploração dos recursos e no seu conseqüente esgotamento. Como alternativa à fragmentação, no caso de existir mais de um herdeiro, todos deveriam trabalhar para uma "casa só".

Esta opção, contudo, depende da união da família, apresentada como requisito para manter a colocação indivisa e sob controle dos membros do grupo – "se há união fica trabalhando tudo junto". Enquanto estão juntos, é para todos: "de um ovo têm que comer todos". Sentença que expressa um ideal de unidade que, entretanto, não exclui a possibilidade de saída posterior de alguns dos filhos, visto que "depois um procura uma melhora e vai saindo". Neste caso, mesmo postergada, a migração reflete uma escolha aparentemente individual que se apresenta como condição de reprodução para aqueles que ficam.

No contexto do rio Ouro Preto, diante da impossibilidade de a família promover a partilha igualitária entre os herdeiros em virtude de restrições impostas pelas características do caso estudado, a alternativa era todos trabalharem "para uma mesma casa". Os filhos permaneceriam na colocação, dividindo-se entre o trabalho da seringa e o trabalho da roça e compartilhando uma "conta" comum.

CONCLUSÃO

Dada a complexidade dos recortes espaciais desse ambiente florestal, classificados e usados distintamente, a transmissão da colocação exige criatividade. Vimos que a partilha apresenta-se como uma opção inviabilizadora da atividade extrativista por implicar numa sobre-exploração dos recursos naturais. Assim, condições ecológicas são decisivas para a manutenção e perpetuação da casa seringueira, ainda que associada à atividade agrícola. Essas duas atividades, embora distintas, são complementares, mas praticá-las simultaneamente depende do ciclo de desenvolvimento da família, da disponibilidade de áreas agricultáveis e de crédito junto aos comerciantes. Este item é importante, pois dívida contraída em borracha deve ser paga em borracha.

Ainda que a herança não tivesse se efetivado, na maioria das casas pôde-se observar que ela não era um assunto ausente da reflexão das famílias. As alternativas e opções dependem da estrutura de cada um dos grupos familiares, mas, de uma maneira geral, o interesse e o compromisso manifestado pelos filhos em ajudar a tomar conta da casa e dar-lhe continuidade foram apresentados como critérios para a definição do herdeiro. Pelo que se infere dos dados, também a residência comum era considerada como fator definidor do herdeiro, filho ou neto.

De uma maneira geral, diante da impossibilidade de fragmentação da colocação, a tendência, especificamente naqueles casos nos quais os filhos tinham suas próprias áreas, era a de todos trabalharem para uma mesma casa e compartilharem a mesma “conta”, tendo o herdeiro que sucedeu o pai como chefe responsável por ela. Em alguns casos indicavam a primogenitura como uma opção, especialmente naquelas famílias onde o filho mais velho não tinha sua própria colocação. Em outras situações a ultimogenitura apresentava-se como uma alternativa, devido ter o filho mais novo permanecido em casa contribuindo com seu trabalho para consolidá-la e prestando assistência aos pais idosos. A passagem da colocação para um neto, caso todos os filhos tivessem suas próprias colocações ou tivessem migrado, era outra via para a transmissão. Neste caso, há a exclusão de uma geração da herança, mas se manteria a colocação como patrimônio da família.

Finalmente, diante das incertezas e dificuldades postas pela conjuntura, uma possibilidade era a família ocupar a colocação temporariamente, depois vendê-la e migrar definitivamente para a cidade. Vimos que algumas famílias pressionavam outras para abandonar as suas colocações e aquelas que não tinham como enfrentar os novos tempos contando apenas com os seus membros viam-se na contingência de vender suas colocações. Além disso, não podendo manterem-se exclusivamente com a produção de borracha ou não possuindo áreas agricultáveis, estavam, então, planejando abandonar a Reserva e procurar outros meios de vida. As áreas pertencentes a estas famílias eram em geral anexadas às de outras que pretendiam ampliar as suas colocações. Procurava-se com esta estratégia garantir uma área de floresta para consangüíneos ou afins.

Os direcionamentos dados pelas famílias dos seringueiros residentes na Reserva Extrativista do rio Ouro Preto ao rumo de suas vidas podem, ao longo dos últimos anos, ter variado em muito daquilo que planejavam em 1992. De qualquer maneira, o estudo aqui apresentado leva-nos a apontar que a herança em unidades de conservação de uso direto coloca-nos diante de um problema jurídico que merece análises mais minuciosas, especialmente depois de transcorridos doze anos desde a criação desta modalidade de unidade de conservação. Se, de um lado, o Código Civil Brasileiro assegura direitos iguais aos herdeiros, de outro, pode criar, caso qualquer um deles os reivindique, um problema ao definir a partilha igualitária do bem num contexto onde ela inviabilizará o modo de vida das famílias para a qual esta modalidade de unidade de conservação foi criada.

João Valentin Wawzyniak é mestre em
Antropologia Social pela UFPR
e professor do Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

NOTAS

- 1 Segundo o Artigo 1º do Decreto N.º 98.897 de janeiro de 1990, as Reservas Extrativistas, unidades de conservação de uso direto, são definidas como “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.
- 2 Segundo o Instituto de Terras de Rondônia, em 1989 era de 127 o número de famílias (558 pessoas) cadastradas para regularizarem a posse das 200 colocações de seringa existentes ao longo das duas margens do rio, das quais apenas 97 estavam sendo exploradas permanentemente por 75 famílias e umas poucas por seringueiros solteiros (Rondônia 1989). Em 1992 o número de famílias cadastradas baixou para 105 e a população para 419 e em 1994 apenas 100 indicavam possuir colocação no Ouro Preto (Milikan 1994).
- 3 São instigantes as críticas de Oliveira Filho (1979) à literatura sobre o extrativismo da borracha produzida anteriormente ao debate que tomou conta dos meios de comunicação, de setores da academia e das organizações não-governamentais, especialmente durante o período 1989/1990. Segundo o autor, aqueles trabalhos buscavam “chegar a uma forma comum, simplificada, esvaziada das características concretas assumidas pela evolução da produção gomífera nas várias regiões da Amazônia e capaz portanto em situações bastante diferentes” (1979: 102). O modelo encontrado em diferentes formulações teóricas, com as quais se procurou explicar o seringal, não é suficiente para dar conta dos diferentes casos encontrados empiricamente, pois estabelece uma unidade abstraindo as diferenças. Assim, para Oliveira Filho (1977: s/p), “o modelo generalizado de seringal deve ser criticado porque mascara e homogeneiza para o pesquisador aquilo que se constitui de fato em realidade radicalmente contrastante”.
- 4 Remeto o leitor aos trabalhos de Almeida (1992), Santos (1980) e Weinstein (1993), que são fontes fundamentais para o conhecimento da história do empreendimento extrativista da borracha na Amazônia. Para o caso específico do rio Ouro Preto, remeto-o a Wawzyniak (2000).
- 5 *Estradas de seringa* são intrincadas trilhas abertas dentro da floresta para permitir o acesso às seringueiras nativas, *madeiras*, das quais se extraí o látex para produção de borracha. Seu traçado, para acompanhar a distribuição aleatória das seringueiras e desviar dos obstáculos do relevo e árvores de outras espécies, é elíptico e acentuadamente sinuoso. O seu número variava de uma colocação para outra, mas em cada uma havia no mínimo cinco *estradas*, com um número de árvores variando entre 100 e 150 indivíduos. Essa variação decorria da concentração natural ou cultivada da espécie num determinado lugar. Eram percorridas em dias alternados para permitir uma *paralela*, um intercalamento de três ou mais dias entre um corte e outro, a fim de evitar o seu esgotamento, *cansá-las*, com a exploração ininterrupta. Tal procedimento atendia, assim, a um critério ecológico.
- 6 Martini (1998: 50), referindo-se à Reserva Extrativista do Alto Juruá, observa que “os limites físicos não restringem a propriedade nas e entre colocações, não funcionam como cercas, mas permitem uma pauta básica para a ordenação do território”, e “podem (ou não) serem acionados ao sabor da conjuntura e estratégias locais e globais, individuais e coletivas” (idem: 63).
- 7 A casa será aqui tomada no seu sentido levistraussiano. Porém, não se trata de ver a colocação como casa, no sentido de uma instituição já estabelecida, mas enquanto um esquema organizador e como categoria analítica que permite analisar as sociedades abertas à turbulência da história (Lévi-Strauss 1996).
- 8 Agradeço ao parecerista anônimo que indicou a possibilidade de perda do direito de permanência mesmo após a assinatura do Contrato em virtude do uso inadequado dos recursos naturais, conforme estabelece o Plano de Utilização de cada Reserva, embora à época ele não tivesse sido elaborado.
- 9 Esse seringueiro faz referência a um dos diretores do Conselho Nacional do Seringueiros, que havia participado de reuniões em Guajará-Mirim para tratar de assuntos relativos ao Contrato de Concessão do Direito Real de Uso.
- 10 Vários dos meus entrevistados disseram que é frequente o abandono permanente ou temporário da colocação quando um dos membros da família falece enquanto reside nela. Além deste caso soube de outro em que a família a deixou após a morte de um dos filhos. Esta prática merece um estudo mais detalhado uma vez que é recorrente entre vários grupos indígenas o abandono da aldeia depois da morte de alguma pessoa próxima.
- 11 Durante a pesquisa de campo observei que as árvores próximas às casas estavam riscadas como se fossem seringueiras, mesmo sendo árvores de outras espécies. Questinados a respeito, explicaram-me que as crianças brincam de “cortar seringa” com a “facas de seringa” que não são mais utilizadas pelos mais velhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEGRETTI, Mary. 1987. H. *Reservas Extrativistas: Uma Proposta de Desenvolvimento da Floresta Amazônica*. Curitiba: IEA.
- ALMEIDA, Mauro W. B. 1994. de. "As Reservas Extrativistas e o valor da biodiversidade". In: ANDERSON, Anthony. *O Destino da Floresta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____. 1992. Rubber Tappers of Upper Jurua River, Brazil: The Making of a Forest Peasant Economy. Dissertation to the Ph.D. Degree. Cambridge: University of Cambridge.
- _____. 1990. "As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais". *Terra Indígena*. 7(54): 29-39.
- BOURDIEU, Pierre. 1987. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 1979. *O Desencantamento do Mundo*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 1974. "Avenir de classe et causalité du probable". *Revue Française de Sociologie* XV (1), jan/mar: 3-42.
- Da MATTA, Roberto. 1993. *Conta de Mentiroso*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DOBROWOLSKI, Kazimerz. 1979. La cultura campesina tradicional. In: SHANIN, T. *Campesinos y Sociedades Campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- ESTERCI, Neide. 1990. *Terra de Trabalho e Terra de Negócio: Estratégias de Reprodução Camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI.
- FACHIN, Luis Edson. 1990. "Posseiros e seringueiros: aspectos jurídicos". *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. 20-73.
- FERREIRA, Manoel R.. 1987. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos.
- FERREIRA REIS, Arthur César. 1953. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.
- GALESKI, Boguslaw. 1979. "La organizacion social y el cambio social rural". In: SHANIN, T. (org) *Campesinos y Sociedades Campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GALVÃO, Eduardo. 1976. *Santos e Visagens*. São Paulo: Ed. Nacional/INL.
- GODELIER, Maurice. 1989. *Lo Ideal y lo Material*. Madrid: Tourus.
- GODOI, Emília Petrafesa de. 1999. *O Trabalho da Memória: Cotidiano e História no Sertão do Piauí*. Campinas: Ed. UNICAMP.
- GOODY, Jack. 1976. *Family and Inheritance: Rural Society in Wester Europe 1200 - 1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEREDIA, Beatriz M. A. 1979. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IEA. 1990. *Identificação de áreas prioritárias e regulamentação de decreto de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia*. Curitiba: IEA/IBAMA.
- LEACH, E. R. 1961. *Pul Eliya: A Village in Ceylon*. Cambridge: Cambridge University Press.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986. *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Ed. 70.
- _____. 1996. História e Etnologia. *Textos Didáticos*. Campinas: UNICAMP.
- LIMA, Araújo. 1937. *Amazônia: A Terra e o Homem*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editorial Alba Limitada.
- MARTINI, Andréa. 1998. Tecendo Limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.
- MARTINS, José de Souza. 1986. *Não há Terra para Plantar neste Verão*. Petrópolis: Vozes.
- MEIRELES, Denise. 1986. Os Pakaas-Novos. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- MENEZES, Esron Penha de. 1981. *Território do Guaporé: Retalhos para a História de Rondônia*. Guajará-Mirim: Ed. Gênese.
- MILIKAN, Brent. 1994. *Levantamento Sócio-Econômico da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto*. Porto Velho: IEA.
- MOURA, Margarida Maria. 1986. *Camponeses*. São Paulo: Ática.
- _____. 1978. *Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança numa Área Rural*. São Paulo: HUCITEC.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. 1982. *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: Os Cem Anos de Andanças da População Acreana*. Belo Horizonte: UFMG.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1979. "O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". *Encontros com a Civilização Brasileira* (11) p. 101-140. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1977. *Os Seringais Nativos: Um Esforço Crítico sobre a Visão Unificadora*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Mimeo.
- FRANCO, Mariana Pantoja. 2001. Os Milton. Cem Anos de História Familiar nos Seringais. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP.
- RONDÔNIA. 1989. *Levantamento Sócio-econômico, Ecológico Fundiário e Edáfico-Florístico da Bacia do Rio Ouro Preto*. Porto Velho: ITERON.
- SANTOS, Roberto. 1980. *História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- SEIFERTH, Giralda. 1985. "Herança e estrutura familiar camponesa". *Boletim do Museu Nacional - Série Antropologia* nº 5. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- SAHLINS, Marshall. 1999. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- SHANIN, Teodor. 1983. *La Classe Incomoda: Sociologia Política del Campesinato en una Sociedad en Desarrollo (Russia 1910 - 1920)*. Madrid: Alianza Editorial.
- SOARES, José Carlos M. 1927. *A Borracha: Estudo Econômico e Estatístico*. Paris: L. Chauny et L. Quinsac.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. 1980. O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP.
- THOMPSON, E. P. 1979. *Tradicion, Revuelta y Consciência de Classe*. Barcelona: Ed. Critica.
- VILAÇA, Aparecida. 1992. *Comendo como Gente: Formas de Canibalismo Wari'(Pakaa Nova)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

WAWZYNIAK, J. V. 2000. Do Barracão à Casa: uma etnografia das transformações nas formas de apropriação, gestão e transmissão dos recursos naturais por seringueiros do rio Ouro Preto – RO. Dissertação de Mestrado. Curitiba: PPGAS/UFPR.

_____. 1989. *Relatório do I Encontro dos Seringueiros do Município de Guajará-Mirim*. Curitiba: IEA. Mimeo

WEINSTEIN, Barbara. 1993. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 – 1920)*. São Paulo: HUCITEC.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. 1976. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

WOLFF, Cristina Scheibe. 1999. *Mulheres da Floresta: uma História, Alto Juruá, Acre (1890 – 1945)*. São Paulo: Hucitec.

WOORTMANN, Ellen. 1995. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/EDUNB.

WOORTMANN, Klass. 1967. "Grupo doméstico e parentesco num vale da Amazônia". *Revista do Museu Paulista*, Nova Série. V: 209-373.

_____. 1990. "Com parente não se negueia: campesinato como ordem moral". *Anuário Antropológico*. 87: 11-73.

“Quem Não Quer De Novo Não Cuida”: Processos de Herança entre Seringueiros de Rondônia

RESUMO

Este artigo aborda as mudanças nas formas de apropriação, gestão e transmissão desencadeadas com a criação, em 1990, da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. Tal conjuntura abriu às famílias nela residentes a possibilidade de transmissão da área florestal por elas ocupada e explorada. Assim, a colocação de seringa passa a ser um patrimônio em construção através do trabalho e do zelo, passível de ser transmitida de uma geração à outra mediante herança.

PALAVRAS-CHAVE: seringueiros, herança, reserva extrativista, populações tradicionais

Whoever does not want again does not care”: processes of inheritance among Rondônia rubber tappers

ABSTRACT

This article deals with the changes in the forms of appropriation, management and inheritance originated with the creation, in 1990, of the Extractive Reserves of the Ouro Preto river, in the municipality of Guajará-Mirim, State of Rondônia. Such situation opens up, for the families that live there, the possibility of inheriting forest area which have already been occupied and exploited by them. This area – named “*colocação*” – consequently becomes a patrimony in construction through work and zeal, susceptible of being transmitted from one generation to another by means of inheritance.

KEY WORDS: rubber tappers; inheritance; Extractive Reserves; traditional populations